



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Segurança Social – Políticas de Saúde, Políticas de Previdência Social, Políticas de
Assistência Social**

APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE E O NEOCONSERVADORISMO

THIAGO DE OLIVEIRA MACHADO ¹

ALESSANDRA BALLINHAS DE MOURA BARÃO ²

RAQUEL DOS SANTOS AREAS ³

RESUMO: O presente trabalho dialoga acerca das repercussões e dos desdobramentos para a categoria dos/as assistentes sociais, frente ao sistema capitalista e ao acirramento do neoconservadorismo, na área de saúde, analisando as questões que surgem no exercício da profissão e no seu contexto histórico e teórico.

Palavras-chave: Saúde, Serviço Social, Neoconservadorismo, Projeto Ético-Político.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the repercussions and consequences for the category of social workers, in the face of the capitalist system and the intensification of neo-conservatism in the area of health, analyzing the issues that emerge in the exercise of the profession in its historical and theoretical context.

Keywords: Health, Social work, Neoconservatism, Ethical-Political Project.

¹ Hospital Universitário Antônio Pedro

² Hospital Universitário Antônio Pedro

³ Universidade Federal Fluminense

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto capitalista (ultra)neoliberal, em que se percebe um incentivo a análises superficiais, a individualização do ser e o incentivo a posturas autoritárias e de grande intolerância, é importante discutirmos o nosso trabalho profissional para evitarmos repetirmos posturas acríticas que beneficiem apenas a manutenção da ordem social. É crucial compreendermos o contexto social em que estamos inseridos para podermos nos posicionar e defender os ideais presentes no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

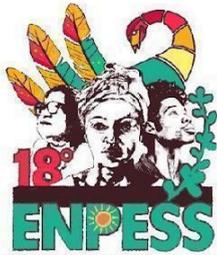
O Serviço Social tem como um de seus elementos fundantes o conservadorismo e, ao longo da história, conviveu com as implicações desse elemento para o nosso exercício profissional, assim como as transformações e novas roupagens do conservadorismo no meio profissional.

Diante desse cenário, percebemos a relevância de compreendermos como o conservadorismo e o neoconservadorismo¹ influenciam a categoria profissional. Para isso, queremos discutir as consequências do avanço do neoconservadorismo na atuação do/a assistente social na área de Saúde frente ao Projeto Ético-Político profissional.

No cotidiano de trabalho, é notório que a investida neoconservadora é extremamente presente na categoria e ainda há profissionais que reproduzem posturas que contrariam o que está estabelecido no Projeto Ético-Político, ainda que de forma inconsciente. Ao contrário dessa lógica, observamos a atuação de profissionais comprometidos com o Projeto Ético-Político e preocupados com a qualidade dos serviços prestados.

Compreendemos que a profissão tem suas origens históricas atreladas ao pensamento religioso católico, na perspectiva da caridade. Com a profissionalização da profissão, a aproximação com o método crítico dialético e o desenvolvimento das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica para a apreensão teórico-crítica do processo histórico

¹ Neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, enquanto se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado, lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças (BARROCO, 2011).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

como totalidade, a categoria conseguiu enfrentar os ideais conservadores, embora não tenha conseguido erradicá-los completamente. O Projeto Ético-Político da categoria é um marco no processo de negação do viés conservador.

Contudo, apesar da forte rejeição ao conservadorismo, ainda há vestígios do pensamento conservador e uma grande investida neoconservadora na categoria repaginada nesta conjuntura. Dessa forma, é crucial pensar no rumo que a profissão tem tomado e nos rebatimentos que as expressões da questão social trazem para o fazer profissional. Dessa forma, tendo em vista que a saúde é uma das áreas de maior atuação dos/as assistentes sociais, defendemos a relevância de analisar esse contexto de trabalho e problematizar as questões que eclodem nesse espaço.

O estudo do neoconservadorismo no Serviço Social, com ênfase na área da Saúde, pretende contribuir para a categoria, analisando as questões que surgem na prática da profissão e no seu contexto teórico. Levantar debates que pensem a profissão é essencial para incentivar o desenvolvimento das ações. Ressaltamos que não podemos apenas nos manter no mundo das ideias, mas é fundamental analisar o concreto para não ficarmos apenas reproduzindo as mesmas posturas.

Acreditamos que esse trabalho, além de somar ao arcabouço teórico da categoria, possibilitará também uma amplitude maior de elementos para o debate dos/das estudantes de Serviço Social e dos próprios profissionais.

2 O TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

O trabalho do/a assistente social na área da Saúde apresenta determinações e particularidades que são próprias da organização e da estrutura da Política de Saúde no Brasil e estão conectadas com as transformações societárias nacional e mundialmente.

Com base no cotidiano do exercício profissional, enfatizamos que nos serviços públicos de saúde o/a assistente social atende à classe trabalhadora e sua família. Nesses espaços, ocorre à reposição do desgaste da força de trabalho devido ao adoecimento físico e mental na vida desses trabalhadores, realidade do modo de produção capitalista. Portanto, é essencial que o/a profissional de Serviço Social conheça as determinações postas na realidade social pela contradição entre capital e trabalho e que realize sua intervenção numa perspectiva de totalidade social, visando a viabilizar direitos sociais que se materializam nas políticas públicas das diversas áreas.

Segundo Matos (2017), o trabalho coletivo em Saúde não se dá de forma isolada, sendo atravessado por tensões e contradições próprias da área da Saúde, mas que, sobretudo, revelam o desenvolvimento do trabalho no modo de produção capitalista.

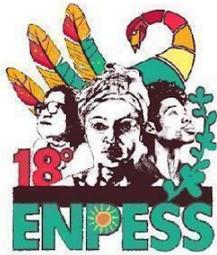
O/a assistente social é um/a profissional de saúde reconhecido/a juntamente com outras profissões na Resolução nº 218/1997 do Conselho Nacional de Saúde. Nos serviços de Saúde, o/a profissional de Serviço Social é chamado/a para a resolução de demandas equivocadas, e não são visualizadas como expressões da questão social, pois a equipe de saúde encara essas demandas como sendo de responsabilidade exclusiva do/a assistente social, o que é um equívoco, já que tais desigualdades sociais só serão aniquiladas com o fim do capitalismo.

É comum no cotidiano dos serviços de saúde que o Serviço Social tenha conflitos de ideias e posicionamentos com outros profissionais da equipe, principalmente com a equipe médica, pois o modelo biologizante de atenção à saúde está na estrutura dessa política pública em conflito com a concepção ampliada de Saúde, que se relaciona não somente à ausência de doença, mas também a fatores condicionantes e determinantes do bem-estar físico, mental e social, como: alimentação, moradia, saneamento, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte e lazer. Tais conflitos se dão devido à disputa de projetos societários antagônicos que atravessam a política de Saúde no Brasil (Projeto Privatista e o Projeto de Reforma Sanitária).

Torna-se necessário que o/a assistente social conheça bem a organização e a estrutura da política social que está realizando o seu exercício profissional e o espaço sócio-ocupacional em que está inserido. Na área da saúde, esse conhecimento tem sido fundamental como estratégia para a prestação de serviços qualificados à população usuária e para a viabilização de direitos sociais dentro e fora do espaço institucional. O mapeamento da rede de serviços oferecidos pelo município de origem dos usuários também é primordial para realizar as orientações e encaminhamentos adequados para os usuários e seus familiares.

Importante enfatizar que nos serviços de saúde – estruturados com base no modelo médico hegemônico – ocorre a exaltação do médico no trabalho coletivo em saúde e o desprezo e desqualificação quanto às profissões que não realizam suas atividades tendo por base essa restrita concepção de saúde como ausência de doença. No cotidiano dos serviços de saúde, tal questão traz implicações para a não implementação do SUS.

No seu cotidiano profissional nos serviços de Saúde, o/a assistente social recebe demandas explícitas equivocadas que são decorrentes da Contrarreforma do Estado e pela não efetivação do SUS constitucional. Desde os anos 1990, o Brasil tem sofrido um processo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

chamado de Contrarreforma do Estado sustentado pela ideologia neoliberal que tem como princípios fundamentais: a privatização das políticas sociais com desqualificação do setor público, ataques aos sindicatos/movimentos das classes trabalhadoras no sentido de enfraquecê-los e reordenamento da relação Estado e sociedade civil, em que a sociedade é chamada à participação nas respostas às questões sociais como estratégia para a desobrigação do Estado.

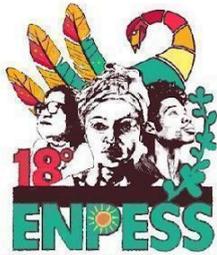
As políticas sociais sob o ideário neoliberal são focalizadas, seletivas e ineficazes no enfrentamento das expressões da questão social. Há uma crescente desresponsabilização do Estado no tratamento às políticas sociais, com desfinanciamento, desqualificação do setor público e crescente aumento da privatização, permeada pelo discurso ideológico sob hegemonia do capital, de eficiência, eficácia e otimização dos recursos públicos com adesão e consentimento das classes subalternizadas.

Costa (2008) sublinha que os profissionais de Serviço Social realizam seu trabalho nas lacunas do SUS, ou seja, na sua não implementação efetiva, o que faz com que alguns assistentes sociais subestimem a sua utilidade ou a relevância de suas atividades na equipe de Saúde, pois não “enxergam” que as demandas postas na realidade institucional são decorrentes das transformações societárias e da própria estrutura organizativa da política de Saúde no Brasil.

Conforme evidencia os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (CFESS, 2010), a equipe de saúde e/ou empregadores, frente às condições de trabalho e desconhecimento das competências dos/as assistentes sociais, tem historicamente requisitado à categoria profissional diversas ações que não são suas atribuições pela natureza técnico-administrativa, que não dependem do conhecimento específico deste profissional e que, muitas vezes, cabem a outros profissionais, como:

marcação de consultas e exames e solicitação de autorização para tais procedimentos aos setores competentes; solicitação e regulação de ambulância para remoção e alta; identificação de vagas em outras Unidades nas situações de necessidade de transferência hospitalar; convocação do responsável para informar sobre Alta e Óbito; comunicação de óbitos; emissão de Declaração de Comparecimento na unidade quando o atendimento for realizado por quaisquer outros profissionais que não o[a] assistente social, entre outras (CFESS, 2010, p. 46-47).

Concordamos com CFESS (2010) que o/a assistente social encontra muitas dificuldades cotidianas no que diz respeito ao entendimento de suas competências e atribuições pela equipe de Saúde e que as reuniões de equipe e debates entre os diversos profissionais devem ser estimulados para a formulação de planos e rotinas de trabalho e como elementos estratégicos para o esclarecimento das ações do Serviço Social. No nosso entendimento, tal sugestão é



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

extremamente desafiadora na realidade concreta dos serviços de saúde, pois, devido à fragmentação do trabalho e à restrita concepção do processo saúde-doença nas Unidades de saúde, muitos profissionais não estão disponíveis para estabelecer diálogos horizontais na condução do processo de trabalho coletivo em saúde.

No processo de trabalho coletivo em saúde, o/a assistente social desenvolve ações socioeducativas, tais como: socialização de informações quanto a direitos sociais e recursos existentes nas políticas sociais dentro e fora do âmbito institucional; elaboração de materiais socioeducativos para facilitar as orientações sociais aos usuários e seus familiares, como fôlder, panfletos, cartilhas, entre outros; realização de palestras e debates em grupo com o intuito de democratizar informações e instrumentalizar os usuários e seus familiares para o exercício do controle social, também abordando temas do interesse deles por meio das Salas de Espera; e estímulo à participação dos usuários nas decisões institucionais e na comunidade.

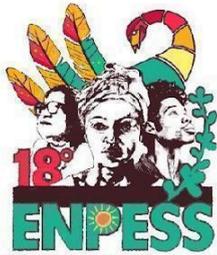
O/a assistente social deve realizar seu exercício profissional no trabalho coletivo em saúde tendo como base uma concepção ampliada do processo saúde-doença que contempla uma análise sobre as determinações sociais que atravessam as condições de vida e de trabalho dos usuários dos serviços de saúde numa perspectiva de totalidade social. O norte para sua intervenção deve ser o Projeto Ético-Político Profissional e o Projeto de Reforma Sanitária.

O profissional pode dispor de um discurso de compromisso ético-político com a população, mas, se não realizar uma análise das condições concretas, vai intervir na realidade social, não contemplando as necessidades dos usuários.

3 INVESTIDA NEOCONSERVADORA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PROFISSÃO NA SAÚDE

Enquanto direito de todos e dever do Estado, a saúde ainda tem muito o que percorrer, principalmente considerando o contexto capitalista que apresenta diversos obstáculos a sua plena materialização. O capital está intrinsecamente ligado à exploração do trabalho, e a saúde é um espaço que foi totalmente mercantilizado, em que a busca por lucros ganha todos os holofotes.

O caráter neoliberal assumido pelo Estado gera consequências para a organização da saúde pública, por isso se identifica um incentivo à terceirização dos serviços públicos de saúde. E, ainda assim, o que se vê é a dificuldade que a população usuária dos serviços públicos tem para conseguir atendimento na rede. Falando do ponto de vista da população usuária dos serviços



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

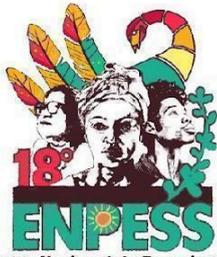
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

públicos, observamos uma forte burocratização para conseguir acesso, principalmente na atenção básica, onde a unidade de saúde dificilmente tem profissionais e recursos materiais para realizar o atendimento; quando voltamos o olhar para a rede de atendimento de média e alta complexidade, o que notamos é a superlotação das instituições, falta de profissionais, falta de materiais básicos para o funcionamento (medicamentos, curativos, alimentação, limpeza etc.). Isso porque estamos falando do caráter curativo da saúde, que é onde se tem mais incentivo, mas, quando observamos as ações de caráter preventivo, percebemos que ainda é muito restrito. E, quando não investimos em prevenção, logo teremos de gastar muito mais com tratamento/cura, e dessa falta de investimentos em prevenção resulta a superlotação nos hospitais.

A grande estratégia do capital é desacreditar o SUS, propagar a ideia de que o sistema não é eficiente, de que a saúde pública não é eficiente, e isso acaba se tornando um discurso para a população usuária. A maioria dos indivíduos prefere um plano privado porque acredita que os serviços são melhores, o atendimento é mais rápido e a estrutura é melhor. E, para isso, as pessoas têm de trabalhar mais, fazer mais horas extras, aumentar a carga horária de trabalho, o que beneficia o capital de forma dupla, pois tem um indivíduo que pode explorar a força de trabalho com mais intensidade e, ao mesmo tempo, uma pessoa que investirá parte da sua renda para pagar um plano de saúde que, na maioria das vezes, não atende às suas necessidades.

O que não é divulgado na mídia burguesa é de quem é a responsabilidade dessa dificuldade do SUS constitucional conseguir se efetivar plenamente. O Estado, além de não investir adequadamente, também não administra com eficiência os serviços do SUS. A grande tendência vivida na área da Saúde é a terceirização, não apenas dos serviços prestados pelas instituições, mas também da própria administração das instituições de saúde pública. Essa delegação da administração influencia exatamente na forma de ofertas dos serviços, pois nessa maneira de gestão o que prevalece é a busca por lucro em detrimento da qualidade. Atende-se o usuário em um tempo mínimo para que, no final do plantão, consiga atender o máximo de pessoas possíveis e, na maioria das vezes, nem se quer escutar o que esse indivíduo está falando sobre seus sintomas.

Nos últimos anos, temos assistido ao adensamento do sucateamento e da privatização no interior do SUS. As parcerias público-privadas são intensificadas por meio da transferência da gestão das unidades de saúde pública para as organizações sociais (Oscip, OS, Fundações, Ebserh, dentre outras); [...] (CFESS, 2015).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Isso causa impactos para todos os profissionais que atuam na área, e não é diferente para os/as assistentes sociais. Esse caráter mercadológico dificulta o fazer profissional porque muitos são os usuários que chegam ao Serviço Social com alguma demanda de serviço de saúde que lhe foi negado ou que ele não tem conhecimento de como acessar. O Serviço Social trabalha com um público precarizado, que, na maioria das vezes, não consegue ter uma análise crítica do contexto social em que está inserido, até mesmo porque os meios de comunicação ao qual tem acesso estão completamente deturpados e voltados para os interesses da burguesia.

As demandas trazidas pelos/as usuários/as na instituição na qual trabalhamos chegam até nós, assistentes sociais, despidas de mediações, aparecendo do plano da singularidade, apresentada ao profissional na forma de fatos e/ou problemas trazidos de forma isolada, no âmbito da imediaticidade, do dia a dia, sem qualquer tipo de mediação que lhe dê um sentido de totalidade, de universalidade. Com isso, podemos inferir que essas demandas trazidas até nós, estão mergulhadas nas aparências, as quais necessitam ser desvendadas e compreendidas de forma crítica, ultrapassando-se o plano da imediaticidade.

Nos hospitais, por exemplo, esses usuários chegam para o serviço com demandas de caráter emergencial que precisam ser atendidas. Essa é uma das atividades mais recorrentes para o/a assistente social, o “agenciamento de medidas de caráter emergencial”, o que exige um grande cuidado porque, embora essas demandas sejam legítimas e precisem ser atendidas, o trabalho do/a profissional não pode se restringir apenas a privilegiar a ação puramente instrumental. A análise do contexto social é algo intrinsecamente ligado ao fazer profissional e não é qualquer análise, mas uma análise com visão de totalidade, pois é a partir dessa leitura de realidade que conseguimos a passagem das ações meramente instrumentais e imediatas para o exercício profissional crítico e competente.

E, para conseguir realizar uma atuação qualificada e comprometida com a classe trabalhadora o/a assistente social, precisa ter um vasto conhecimento de diversas questões que dizem respeito à área social. Os usuários, ao buscarem atendimento no Serviço Social, trazem diversas demandas para o/a profissional, sejam elas explícitas ou implícitas. A atuação do/a assistente social na área da saúde tem como principal intuito a articulação dos serviços da Seguridade Social e demais áreas de políticas sociais, assim como os direitos do cidadão, e para isso necessita desse conhecimento amplo dos serviços dispostos na sociedade que podem beneficiar os usuários.

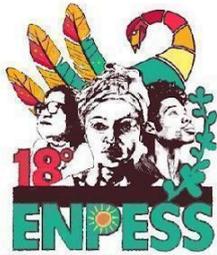
A preocupação com o fazer profissional sempre esteve presente na categoria, afinal uma profissão precisa estar constantemente atenta com as suas posturas e em relação a como vem desempenhando as suas atividades na sociedade. E o Serviço Social, por trazer como um de seus elementos fundantes o conservadorismo, tem essa necessidade latente de analisar a profissão em si e como ela se relaciona com a sociedade.

Observamos que o trabalho do/a assistente social na área da Saúde, assim como em outras áreas, é repleto de desafios. Como vimos, historicamente no contexto da saúde existe fortemente a cultura de que os profissionais de saúde são os donos do saber e o “usuário paciente” é um simples receptor das orientações desse profissional, o que traz um caráter muito subalterno para o usuário. É óbvio que a parte técnica e intelectual do processo saúde-doença é competência desses profissionais, mas não podemos inferiorizar o outro que chega em busca de atendimento. É importante entender esse usuário enquanto parceiro nessa busca da saúde.

No entanto, o que se nota é uma hierarquização nos serviços de maneira que o usuário é por muitas vezes colocado numa posição inferior. No âmbito das profissões, essa hierarquização atinge o Serviço Social no sentido de descaracterizar a sua atuação como elemento necessário para o processo da saúde. Nos hospitais ainda existe a cultura, por parte de alguns profissionais de saúde, de que o/a assistente social atua no sentido da caridade, porém o mais preocupante é quando os próprios assistentes sociais incorporam esse estereótipo. Ainda assim, é importante destacar que enquanto categoria temos muito claro que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho voltada para a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Atualmente, podemos afirmar que o Projeto Ético-Político da categoria tem um direcionamento muito claro no sentido de orientar os profissionais para uma atuação preocupada com a qualidade dos serviços prestados, assim como a ética no tratamento da sua relação os seus usuários. E essa direção aponta para a recusa ao conservadorismo. A categoria defende de forma muito veemente a postura crítica no que diz respeito à análise social e desempenho de suas atividades no cotidiano do trabalho. Ainda assim, não podemos ser ingênuos em acreditar que o conservadorismo é algo completamente erradicado do Serviço Social, até porque a categoria é composta por um conjunto de profissionais completamente diferentes entre si, e isso acaba por propiciar que alguns profissionais, consciente ou inconsciente, adotem uma postura de caráter conservador.

Isso nos mostra a importância de sempre lançar em debate a investida neoconservadora presente na atualidade no campo da saúde; disseminar e problematizar a postura ética defendida



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pela categoria é fundamental no sentido de aumentar o seu alcance entre os profissionais. É necessário ter o entendimento de que o Projeto Ético-Político da categoria não é uma utopia, mas um ideal que deve ser buscado no cotidiano, para, assim, procurar desenvolver um atendimento com direcionamento ético-político claro.

Uma grande preocupação, quando voltamos o olhar para a área da Saúde, é a naturalização dos problemas sociais no sentido de atender a um usuário com demandas diversas, mas olhar apenas para a situação pontual e emergente e a preocupação com trâmites burocráticos. Principalmente aqueles profissionais inseridos na urgência e emergência dos hospitais são muito requisitados a atuar de forma pontual e isolada, o que acaba por privar o/a profissional do entendimento do contexto social e reforça a postura técnico-burocrático. Isso favorece o sistema capitalista, pois não se problematiza as questões dispostas na realidade; logo, não se propõem projetos de enfrentamento.

O incentivo realizado no contexto neoliberal é propagar o entendimento de que a sociedade é como está posta e que os responsáveis são os indivíduos e, portanto, a busca por soluções deve ser algo particular, individual. Isso dificulta a organização da classe trabalhadora e propaga um conformismo social generalizado.

E é essa descrença que muitas vezes invade o dia a dia do/a assistente social que se desmotiva por acreditar que as suas ações não vão ter efetividade na vida daquele usuário com um contexto de vida precário e que não tem a menor perspectiva. Mas precisamos manter em nossa atuação o entendimento de que apenas na luta, enquanto classe trabalhadora, é que podemos conquistar e promover mudanças. É preciso ter clareza que a transformação social não será realizada unicamente pelo/ assistente social, porque assim realmente nos frustraremos, mas não podemos nos manter isentos frente a luta por uma nova sociabilidade.

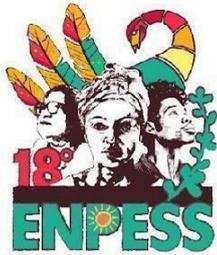
Uma linha de pensamento que perpassa e que cada dia ganha mais força na categoria é a ideia de “humanização do sistema capitalista”, em que se defende que podemos moldar o sistema de forma que ele abarque mais direitos sociais, melhore as condições de vida da população, mas continuando a sua forma de produção social e apropriação privada. Entendemos que isso seria impossível, pois a base do capitalismo está posta na exploração, e como se forma uma sociedade igualitária quando a exploração é sua base de sustentação? Não há possibilidade disso, mas a força com que essa ideia é reproduzida chega a assustar, e aquilo que parece tão óbvio acaba por ser obscurecido pelo poder burguês. Não estamos afirmando que não devemos lutar por condições de vida mais digna nesse contexto social; ao contrário, entendemos que é primordial a

luta por direitos e pela sua efetivação no cotidiano dos indivíduos, inclusive no Código de Ética do/a assistente social vigente está colocado como um de seus princípios fundamentais a: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras”. Enfatizamos que isso não pode ser visto como um fim último, mas como um caminhar para outra sociabilidade.

A expansão dessa linha de pensamento de humanizar o capitalismo se dá ainda mais fortemente na sociedade devido à grande afirmativa disseminada de que o ideal socialista de uma sociedade igualitária e livre de exploração, assim como a apropriação social da riqueza socialmente produzida, não passa de uma utopia que na realidade não consegue se materializar, que não é competente ao ponto de objetivar seus ideais. Essa desqualificação do pensamento socialista é uma forma de estratégia de elevar o sistema capitalista como único caminho possível para a sociedade e de fomentar a crença da impossibilidade de sua superação. Por isso, é tão latente a necessidade de reforçar entre os/as assistentes sociais que a nossa categoria tem um Projeto Ético-Político que está diretamente associado a um projeto societário que vislumbra a superação da ordem vigente e a criação de uma sociabilidade livre de qualquer tipo de exploração.

Nesse contexto, temos o pensamento pós-moderno com vistas a entender a sociedade como uma confusão de determinantes analisados na sua particularidade, de forma que a sua compreensão permanece na superficialidade, motivo pelo qual é tão requisitado pelo capital. Isso representa um verdadeiro problema para a categoria, pois, entendendo a nossa atuação frente às expressões da questão social, é primordial que o/a profissional faça uso de uma análise que busque compreender as problemáticas na sua essência de forma crítica com o intuito de qualificar a sua atuação, algo que o pensamento pós-moderno não abarca. Na lógica de análises individualizantes, perde-se a ótica da totalidade, e o/a profissional inserido na instituição não conseguirá enxergar o contexto social em que o usuário que está sendo atendido se insere.

Nesse caminhar individualizante, preocupa-nos a desmobilização da categoria profissional, pois a desarticulação da categoria enfraquece o nosso poder na luta social, beneficiando a burguesia no sentido de manutenção do seu poder. A investida neoconservadora adentra o cotidiano do trabalho no sentido de obscurecer as determinações sociais que agudizam a questão social para provocar no/a assistente social uma postura tecnoburocrática com ausência de um senso crítico. E todas as atrocidades vivenciadas na sociedade são justificadas pela crise, estado quase que natural do sistema capitalista. Essa justificativa invade a vida das pessoas no sentido



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

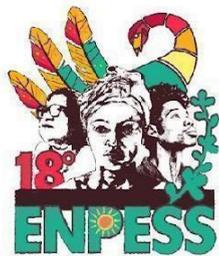
de agravar cada vez mais um contexto social em que a classe trabalhadora é penalizada de uma forma que todos os seus infortúnios se apresentam como algo natural. E a busca por superação das condições de vida precária se apresenta como um desafio individual.

É crucial ter clareza de toda a conjuntura social para não desenvolver uma crítica que apoie a culpabilização do/a profissional pela intensificação da questão social. Queremos deixar claro que a categoria também é afetada pela barbárie capitalista. Se voltarmos o olhar para as condições de trabalho dos/as assistentes sociais, visualizaremos que a maioria trabalha em condições precárias que objetivamente não comporta as condições mínimas para a realização do trabalho. Isso torna mais complexo lidar com os desafios que os/as profissionais enfrentam diariamente nos espaços sócio-ocupacionais de trabalho.

Não podemos cair no entendimento messiânico de acreditar que unicamente enquanto profissionais seremos os salvadores da classe trabalhadora, primeiro porque a transformação social não pode ser realizada por uma categoria profissional, mas sim pela classe trabalhadora na totalidade. Segundo, quando acreditamos nesse heroísmo utópico, nos afastamos do entendimento de pertencimento da classe trabalhadora e maquiemos a nossa condição de indivíduos que também sofrem as consequências das expressões da questão social. Dessa forma, concordamos com Barroco (2011, p. 212), ao afirmar que “a categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas”.

A sociedade é um sistema propício à “proliferação” da alienação, inclusive é uma forte ferramenta para garantir a sua reprodução. A cotidianidade na qual se desenvolve o trabalho do/a assistente social é um espaço onde a alienação mais se expressa, portanto é de grande relevância manter uma postura crítica e atenta aos determinantes sociais, a fim de não perder de vista os ideais defendidos pela categoria, assim como conseguir compreender o contexto social de forma aprofundada.

Essa alienação forja um caminho que facilita a efervescência de posturas violentas, antidemocráticas, preconceituosas e discriminatórias. É bastante preocupante quando notamos essas posturas no trabalho profissional. O âmbito da Saúde é uma área pela qual perpassa muitas questões que causam conflitos no sentido da relação dos profissionais com os usuários e com as instituições. Temáticas como aborto, infecções sexualmente transmissíveis (IST), dependência de substâncias psicoativas, transtorno mentais etc. são alguns dos assuntos que geram atritos entre os assistentes sociais, apesar de termos de forma muito clara no nosso Código de Ética



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissional de 1993, como um dos princípios fundamentais, o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças”. Isso é algo que precisa ser exaustivamente enfatizado no cotidiano de trabalho no sentido de propagar uma democratização social no acesso aos serviços e direitos.

Sendo assim, a resistência à investida neoconservadora precisa ser feita com muito afinco, pois o neoconservadorismo e o “[...] ideário pós-moderno, que negam a universalidade dos valores, a perspectiva de totalidade, a luta de classes, o trabalho, o marxismo, afirmando um pluralismo apoiado no ecletismo e na relativização da verdade objetiva” (BARROCO, 2011 p. 214), não possibilitarão o desenvolvimento de um trabalho qualificado na defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Esse ideário neoconservador não pode ser subestimado, uma vez que é de interesse da burguesia que esse fator ganhe força entre a sociedade e que utilizará de diversas “armas” para garantir que ela continue ganhando espaço.

A afirmativa é que a realidade está posta. O grande desafio da categoria é desenvolver um trabalho com a clareza do nosso direcionamento ético-político, principalmente tendo a compreensão de que os ditames capitalistas não podem ser enfrentados de forma individual. É necessário que os profissionais estejam articulados com a luta geral da classe trabalhadora. Enquanto categoria, precisamos nos manter alerta para confrontar o ataque que o neoconservadorismo vem realizando no Serviço Social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que a área da Saúde é um dos espaços de atuação profissional que mais absorvem trabalhadores assistentes sociais, e que também é um espaço no qual se inserem diversas problemáticas sociais, nota-se que é um campo rico em temáticas que merecem ser estudadas. Mas a investida neoconservadora na categoria nessa área é um assunto que nos despertou o interesse e se apresentou como uma tendência de forte relevância para o Serviço Social.

É fato que os ideais da Reforma Sanitária ainda não conseguiram se materializar de forma plena, cujo SUS constitucional não conseguiu se efetivar no contexto social, pois enfrenta um verdadeiro desmonte patrocinado pela burguesia. Os ideais democráticos na Saúde enfrentam

enormes obstáculos na sociedade capitalista, mas fazem parte de uma das bandeiras de luta dos/as assistentes sociais em defesa por um serviço de saúde pública universal e de qualidade para a população.

Nota-se que, no contexto atual de saúde pública, vem se enfrentando um verdadeiro desmonte nos serviços, e uma forte articulação do governo em criar um ambiente propício para o crescimento da privatização dos serviços em benefício da burguesia. A grande estratégia é fragilizar o setor público e espalhar o discurso de que o SUS não funciona, quando, na realidade, a responsabilidade disso é do poder público.

A mídia burguesa atua fortemente na divulgação das dificuldades no sistema de saúde pública de conseguir fornecer um atendimento de qualidade à população usuária e, concomitantemente, as empresas privadas divulgam cada vez mais os seus planos de saúde como algo fundamental na vida dos indivíduos, pregando uma assistência que, na prática não acontece.

Nesse meio social, desenvolve-se o trabalho do/a assistente social na área da Saúde, que tem de lidar com as demandas dos usuários em um cenário permeado por precarização da estrutura institucional, de contratos flexíveis de trabalhos, da ausência de materiais de trabalho, da hierarquização do saber, ou seja, um cotidiano repleto de desafios.

A sociedade capitalista solicita dos/as assistentes sociais uma postura técnico-burocrática com uma exigência de produtividade sem a menor preocupação com a qualidade do serviço. Diante disso, fica evidente o quanto a categoria precisa ter clareza do seu direcionamento político e preceitos éticos para resistir à desqualificação do exercício profissional. E, para esse enfrentamento, o/a assistente social conta com alguns recursos ideológicos e normativos, como o atual Código de Ética Profissional, a Lei que regulamenta a profissão, os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde, Resoluções e Notas Técnicas do conjunto CFESS/CRESS.

Enfatizamos que o Projeto Ético-Político da categoria está diretamente vinculado a um projeto de sociedade sem exploração, com igualdade de direitos e de socialização na participação da riqueza socialmente produzida, que é um modelo de sociedade completamente oposto ao sistema capitalista. Por isso, a materialização do nosso projeto profissional é tão desafiadora, porque ele é incompatível com a sociabilidade vigente. Dessa forma, é necessário que a categoria continue insistentemente a resistir a implicações que o capitalismo impõe à sociedade, pois nesse modelo não será possível a plena efetivação dos direitos sociais.

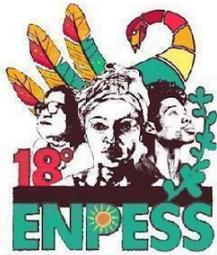
Contudo, essa é uma luta que não se trava sozinho, nem mesmo a categoria profissional é a única responsável por realizar as transformações sociais necessárias; o poder transformador está na classe trabalhadora de forma geral e articulada. O diferencial é que o Serviço Social enquanto categoria profissional tem em seus preceitos ético-políticos a articulação com a luta geral da classe trabalhadora em defesa do interesse desta em detrimento da burguesia.

A investida neoconservadora é real e ameaçadora, mas nota-se que os profissionais de Serviço Social na área da Saúde dispõem de um entendimento bem fundamentado sobre a direção ético-política adotada pela categoria e, assim, conseguem atuar levando consigo a recusa à desqualificação do seu exercício profissional. No entanto, não podemos negligenciar o avanço que a ideologia pós-moderna vem conquistando, afinal o contexto social é bastante propenso a isso. E, mesmo que enquanto categoria tenhamos muito claramente a nossa posição, ainda existem profissionais nos espaços institucionais que demonstram ideologias conservadoras, tendo em vista que a categoria profissional é composta por uma heterogeneidade de indivíduos.

Para além de uma bandeira de luta, a defesa do SUS de qualidade deve ser vista como uma “atribuição” profissional. A investida neoliberal está presente na conjuntura atual, e isso implica em diversas perdas para a classe trabalhadora. Diante disso, a necessidade de profissionais que se coloquem na luta pelos direitos da população é de extrema importância.

Algo bastante presente no contexto da saúde é a naturalização da precarização das condições dos serviços de saúde sem realizar o enfrentamento necessário que a categoria precisa fazer no cotidiano de trabalho. No universo da saúde pública, muitos profissionais ainda mantêm a postura do fiscalizador de normas hospitalares, atuando no sentido do “mando”, do julgamento da postura do usuário. Percebe-se muito fortemente a postura de culpabilizar o indivíduo pela situação da doença; ademais, identifica-se o familismo,² no qual se responsabiliza a família, e não se reflete a atuação do Estado. É notório que muitos profissionais demonstram uma postura conservadora e até mesmo arbitrária diante de demandas que envolvam o público da população em situação de rua, LGBTQIA+, pessoa com dependência de substâncias químicas e psicoativas, etc. A própria população que vive na condição de pobreza e extrema pobreza é, por vezes, estigmatizada e tratada com caráter de favor pelo Serviço Social. O que também ocorre é a confusão da função pedagógica no exercício profissional com o “aconselhamento” baseado em

² O familismo está presente nos sistemas de proteção social à medida que a política pública considera – na verdade, insiste – que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros (SPING-ANDERSEN, 1999).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

valores pessoais no que diz respeito, por exemplo, ao processo de prevenção/tratamento de doenças.

Como aponta Abreu (2009), a função pedagógica do Serviço Social vai além de simples práticas educativas e informacionais, e se caracteriza como elemento organizador de uma cultura "por meio do qual são articulados interesses econômicos, políticos e ideológicos, na formação de um modo de vida" (2009, p. 03). Colabora para a formação da visão de mundo dos sujeitos e possibilita a consolidação de estratégias anti-hegemônicas.

Dessa forma, é imperativo enfatizar a importância do usuário enquanto sujeito de direitos e, ao mesmo tempo, articular para que esses sujeitos possam ter acesso às políticas sociais, pois entendemos que, "[...] ao garantir direitos sociais, as políticas sociais podem contribuir para melhorar as condições de vida e trabalho das classes que vivem do seu trabalho, ainda que não possam alterar estruturalmente o capitalismo" (CFESS, 2010, p. 10).

É fundamental que o/a assistente social desenvolva uma postura comprometida com a análise da conjuntura social e suas consequências na vida dos usuários dos serviços de saúde pública, com o objetivo de promover uma atuação centrada na qualidade dos serviços prestados. Entendemos que isso é um grande desafio, pois vai de encontro à lógica capitalista imposta na sociedade, mas é um enfrentamento necessário, afinal "o Serviço Social se faz na luta".

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

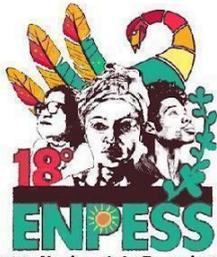
ABREU, Marina Maciel *et. al.* Mobilização social e práticas educativas. CFESS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, p. 593-608, 2009.

BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**. [online], n. 106, p. 205-218.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. 15ª Conferência Nacional de Saúde. **Informativo CFESS Manifesta**. Brasília (DF), 1º de dezembro de 2015.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010. (Série 2: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O Trabalho nos serviços de Saúde e a inserção dos (as) Assistentes Sociais. In: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e**



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Trabalho Profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008. p. 304-351.

ESPING-ANDERSEN. **Social foundations of postindustrial economies.** New York: Oxford University Press, 1999.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e saúde:** reflexões para o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.